



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Controladoria-Geral da União

Secretaria-Executiva

ATA DA 11ª REUNIÃO DO CONSELHO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO

LOCAL: Auditório do Edifício Sede da CGU	DATA: 24 de agosto de 2009.
---	------------------------------------

Participantes: Jorge Hage, Ministro de Estado do Controle e da Transparência, Presidente do Conselho, que presidiu a reunião; Luiz Navarro, Secretário-Executivo do Conselho; Waldir Pires, representante da Comunidade Acadêmica e Científica, Luiz Alberto dos Santos representante da Casa Civil da Presidência da República; Gabriel Felipe de Souza, representante da Advocacia-Geral da União; José Mauro Gomes, representante do Ministério da Fazenda; Roberto de Figueiredo Caldas, representante da Comissão de Ética Pública da Presidência da República; Ministra Virgínia Bernardes de Souza Toniatti, representante do Ministério das Relações Exteriores; Antônio Augusto de Miranda e Souza, representante suplente da Transparência Brasil; Amauri Serralvo, representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Francisco Whitaker Ferreira, representante suplente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Elizabeth Marinho, representante da Confederação Nacional da Indústria.

Conselheiro ausente justificadamente: Mariana Delgado de Carvalho Silva, representante do Ministério da Justiça; Paulo Itacarambi, representante do Instituto Ethos; Carlos Cavalcante Lacerda, representante da Força Sindical.

Conselheiros ausentes sem justificativa formalizada: Marcus da Penha Souza Lima, representante do Ministério Público Federal; Luiz Hamilton de Queiroz Pontes, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; José Antonio Moroni, representante da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais; Ezio Martins de Lima, representante suplente das Igrejas Evangélicas.

O Tribunal de Contas da União foi representado pelo Sr. Francisco Seixas Santos.

Autoridades convidadas: Comissão de Ética Pública da Presidência da República, conforme seguir: Ministro Sepúlveda Pertence, Presidente; Ministro Humberto de Barros, membro; José Ernanne Pinheiro, membro; Marília Muricy Pinto, membro; Fábio de Sousa Coutinho, membro e Hermann Assis Baeta, membro.

I. ABERTURA

Ministro Jorge Hage: saudou a presença de todos e agradeceu a participação dos membros da Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Ressaltou, também, a presença do Ministro Waldir Pires, nomeado membro do Conselho representando a sociedade civil. Discorreu sobre a importância da participação da CEP/PR, que muito contribuirá para um estreitamento

ainda maior das relações entre as Instituições, bem como para o amadurecimento de idéias e ações conjuntas em prol do combate à corrupção e à promoção da ética pública.

Em seguida, informou sobre a publicação do Decreto nº 6.930, de 06 de agosto de 2009, que altera o Decreto nº 4.923/2003, para possibilitar a designação dos suplentes pelo Presidente do CTPCC, de forma a agilizar tais designações e permitir a recondução ilimitada dos membros representantes da sociedade civil, que anteriormente poderia ser feita apenas por uma vez.

Informou, ainda sobre o convite da Secretaria-Geral da Presidência da República, para a participação de três membros do Conselho na Cerimônia de Apresentação da Proposta de Modelo Regulatório do Pré-Sal, dia 31 em Brasília (Auditório Máster do Centro de Convenções Ulysses Guimarães), sugerindo a indicação, considerando a pertinência da matéria, dos representante dos empregadores (CNI), representante dos trabalhadores (Força Sindical) e representante do Instituto Ethos, as quais foram aprovados pelos representantes presentes.

II. DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

1 – Aprovação da Ata da Décima Reunião

A ata foi aprovada com as sugestões de redação formuladas pelos representantes da Casa Civil e da Comissão de Ética da Presidência da República.

2 – Apresentação das ações da CGU para a Comissão de Ética da Presidência da República

O Ministro Jorge Hage fez breve apresentação das principais ações da CGU, de modo a informar aos membros da CEP/PR a forma de atuação e os resultados já alcançados pela Instituição, bem como atualizar os membros do Conselho sobre o tema.

3 - Palavras do Ministro Sepúlveda Pertence

Em seguida foi dada a palavra ao Presidente da CEP/PR, Ministro Sepúlveda Pertence, que agradeceu o convite e manifestou sua satisfação em participar da reunião, bem como quanto à nomeação do Ministro Waldir Pires para compor o Conselho. Discorreu a importância da integração entre as instituições, uma vez que ocupam círculos concêntricos na obra de construção do estado de direito democrático e na disseminação da Ética. Elogiou o trabalho desenvolvido pela CGU nestes anos, sob o comando do Ministro Waldir Pires e do Ministro Jorge Hage. Informou que a CEP/PR, em sua nova composição, pretende agilizar e intensificar os trabalhos a seu cargo, e a parceria com a CGU muito contribuirá para isso, citando como exemplo de ação conjunta, a realização de curso a distância sobre Ética e Gestão Pública e a reativação da Rede de Ética das Américas.

Ministro Jorge Hage – Manifestou que a atual composição da CEP, que conta com nível de qualificação extraordinário assegurará, com certeza, excelentes resultados, que muito engrandecerá a administração do país.

4 - Homenagem ao Ministro Waldir Pires

O Ministro Jorge Hage prestou homenagem ao Ministro Waldir Pires e, em nome dos dirigentes e servidores da CGU, entregou-lhe uma placa em agradecimento à sua grande contribuição ao crescimento da Instituição.

Em seguida, o Ministro Waldir Pires agradeceu a homenagem.

5 - Informe sobre a regulação do nepotismo no âmbito do Poder Executivo Federal

O Secretário-Executivo, Dr. Luiz Navarro, fez uma apresentação a respeito da regulamentação do nepotismo no âmbito do Poder Executivo Federal, discorrendo sobre a legislação em vigor (art. Lei nº 8.112/90), as orientações já expedidas pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República, a Súmula Vinculante nº 13, do STF, os objetivos do Decreto nº 6.906/2009, além de comentar, também, sobre a Resolução do CNJ. Acrescentou que as informações levantadas pela CGU, conforme determina o Decreto 6.906/2009, subsidiarão os estudos em andamento sobre a regulação do nepotismo. Discorreu quanto a uma série de dúvidas acerca da real interpretação dos dispositivos citados, as quais deverão ser sanadas no decorrer desses estudos.

Seguiu-se debate conforme síntese a seguir:

Dra. Marília da CEP/PR – manifestou que a discussão sobre o nepotismo não pode ser desvinculada da discussão sobre a eficiência do Poder Público e citou que a legislação do estado da Bahia é mais flexível nestes pontos. Discorreu sobre as questões do trabalho intelectual, como consultorias, da necessária preservação do princípio da eficiência e, também, quanto aos vínculos familiares supervenientes, os quais merecem uma reflexão mais profunda, concluindo que o grande desafio é extirpar o clientelismo.

Ministro Jorge Hage – informou que os estudos levados a efeito pela CGU já haviam considerado as regulamentações dos estados da Bahia e do Rio de Janeiro.

Dr. Luiz Navarro – esclareceu melhor as orientações do CNJ quanto ao nepotismo superveniente e manifestou-se inteiramente de acordo com a preocupação da Dra. Marília.

Dr. Luiz Alberto – Casa Civil – comentou que as pesquisas sobre o tema, mostram uma certa condescendência com o nepotismo, indicando que o futuro da política no Brasil ainda não introduziu a questão do nepotismo como uma prioridade como quando se refere à ética pública. Quanto à questão da eficiência entende que o Poder Executivo Federal tem servidor qualificado o suficiente para se cumprir o princípio constitucional da eficiência, entretanto as decisões do STF mostram quão difícil é legislar sobre o tema nepotismo. Manifestou-se quanto à necessidade de se criar instância para análise de casos concretos e discorreu sobre a PEC 334, que se encontra em análise no Congresso Nacional, e quanto à possibilidade de se fazer gestão junto àquela Casa para agilização dessa discussão, pois considera importante incluir o tema na Constituição.

Ministra Virginia - MRE – citou alguns elementos que considera importante para ponderação, como as carreiras de estado, a exemplo do MRE, onde o pessoal de embaixada é substituído periodicamente, sem prejuízo da eficiência. Entretanto, ainda assim, no desenvolvimento da carreira de diplomata o assunto está sendo revisto para atender especificidades e/ou especialização de servidores em determinados temas, imprescindíveis em áreas singulares, tais como econômica, oriente médio e outras.

Ministro Humberto de Barros – CEP/PR – manifestou sua preocupação com o correligionarismo, ou seja, o nepotismo ideológico, que considera atentado ético extremamente grave. Entende que a regulação do tema por súmula não é suficiente e lembrou que a Constituição Federal estabelece que os cargos públicos devem ser ocupados, preferencialmente, por servidores efetivos, e que as deformações hoje existentes são violação à lei, devendo se implantar uma burocracia organizada e profissional no Brasil. Concluiu que para tudo isso não

basta livrar o país apenas do nepotismo, é preciso superar e passar a ter cuidado com o aparelhamento do Estado.

Ministro Jorge Hage – lembrou que a ocupação de cargos em comissão por pessoas sem vínculo com o serviço público já é limitada por lei (75% para DAS 1, 2 e 3 e 50 % para DAS 4)

Francisco Whitaker – CNBB – informou que movimentos vinculado à CNBB estão trabalhando em iniciativas para atacar o problema pela lado da base cultural que está por trás do nepotismo. Pensa-se no lançamento de uma campanha para conscientização da população e dos agentes públicos, talvez para lançamento no dia 9 de dezembro (dia internacional de combate à corrupção)

Deliberação: verificar a possibilidade de se fazer gestão no Congresso Nacional para agilização da análise da PEC 334.

6 - Apresentação do Projeto de Lei sobre Responsabilização da Pessoa Jurídica.

A Dra Vânia, Diretora de Prevenção da Corrupção (SPCI/CGU) apresentou os estudos em andamento na CGU para elaboração de Projeto de Lei sobre a Responsabilização da Pessoa Jurídica, que surge da necessidade de melhor sistematização dos mecanismos de responsabilização de pessoas jurídicas, a fim de preencher as lacunas existentes e punir efetivamente os atos praticados em detrimento da Administração Pública nacional e estrangeira, em especial os atos de corrupção.

7 - Informe sobre o Grupo de Trabalho constituído na 10ª reunião para debater o tema “Regulamentação do Lobby” (ver item 6 da Ata da 10ª reunião)

A Dra. Vânia fez, ainda, breve relato sobre os estudos do GT que trata do tema “Regulamentação do Lobby”, onde tem-se buscado trabalhar na conceituação de termos como “lobby” e “lobista”, nas exceções, na abrangência, nas sanções e na obrigatoriedade de : (i) registro da atividade; (ii) observância dos princípios constitucionais; e (iii) transparência da atividade.

Seguiu-se debate conforme síntese a seguir:

Dra. Marília – CEP/PR – manifestou-se quanto à interpretação negativa que se dá à atividade e que na Assembléia Constituinte de 1988 já se buscou alterar essa interpretação, de modo a discernir entre a pressão ilegítima e o exercício puro e simples da democracia participativa. Argumentou que, talvez, embora difícil, poderia ser o caso de se mudar a terminologia.

Dr. Luiz Alberto – Casa Civil – comentou quanto ao PL sobre o tema, o qual se encontra em análise no Congresso Nacional e já foi aprovado na Comissão de Trabalho, faltando apenas sua aprovação na Comissão de Constituição e Justiça. Entende que se deveria encaminhar sugestões a essa Comissão quanto aos itens ali abordados, os quais já poderiam ser introduzidos no projeto de lei para que este seja apreciado já de forma mais adequada. Discorreu sobre artigo de sua autoria acerca do tema e da necessidade premente da regulamentação.

Dr. Roberto Caldas – CEP/PR – informou que participou de um seminário na OCDE sobre o tema. Entende que, apesar do termo “lobby” estar bastante desgastado, o mesmo deve ser mantido até para se mostrar que é uma atividade de risco e como tal deve ser tratada.

Ministro Humberto de Barros – CEP/PR - perguntou se os estudos trataram da diferenciação entre “advogar” e fazer “lobby”, sendo respondido pela Dra. Vânia que o assunto foi discutido

no seminário internacional realizado em novembro de 2008, onde concluiu-se que o exercício da advocacia (entrevistas e audiências) já é bem regulamentado pela Estatuto da Magistratura. Dessa forma, só haveria de se falar em lobby quanto às atividades administrativas ou legislativas desempenhadas pelo poder judiciário.

Dr. Fábio Coutinho – CEP/PR – lembrou que a atividade de lobby é a mais democrática possível, discorrendo sobre sua origem.

Ministro Jorge Hage – comentou que a regulamentação tem como um dos objetivos retirar o estigma de atividade criminal.

Dra. Elizabeth Marinho - CNI – informou que o tema é de seu interesse, pois trabalhou por muito tempo na atividade. Questionou se as sugestões seriam encaminhadas ao Congresso Nacional e se ainda haveria tempo para ouvir outras pessoas.

Dr. Navarro – SE/CGU – informou que o anteprojeto de lei foi amplamente discutido no seminário, estando aberta a participação da representante da CNI no GT. Lembrou que o tempo está bastante curto para se fazer sugestões no Congresso Nacional.

Ministro Wadir Pires – sugeriu retirar do conceito aquilo que traz conotação pejorativa (relações pessoais, políticas, etc), por meio do explicitamento, no texto, daquilo que não se configura a atividade.

Deliberação: i) incluir a representante da CNI no Grupo de Trabalho sobre o tema; ii) apresentar sugestões à Comissão de Constituição e Justiça dos itens tratados na reunião para incorporação ao Projeto de Lei de Regulamentação do Lobby, em análise no Congresso Nacional.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar o Ministro Jorge Hage agradeceu a presença de todos e registrou, mais uma vez, sua satisfação pela presença dos membros da CEP/PR, com a esperança de que este seja o primeiro de uma série de encontros proveitosos e profícuos. Em seguida encerrou a sessão.